



## Moçambique passa à acção



A Presidente da Assembleia da República, Verónica Macamo, reafirmou ontem, na cidade de Midrand, África do Sul, o compromisso de Moçambique de tudo fazer para que o empoderamento da mulher e a sua integração efectiva na vida social e política seja uma realidade.

Discursando na Conferência das Mulheres do Parlamento Pan-Africano (PPA), que decorre naquela cidade sul-africana sob o lema “2015 – Ano do Empoderamento e Desenvolvimento das Mulheres Africanas Rumo à Agenda 2063 – O Papel das Mulheres do PPA nos Parlamentos”, Macamo afirmou que só a conjugação de esforços a nível nacional e continental e um engajamento efectivo do PPA em acções concretas visando o empoderamento da mulher, com destaque para o empoderamento económico, irão tornar possível o alcance deste desiderato.

“As instituições financeiras, como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Fundo Monetário Internacional e os bancos dos nossos países devem adoptar políticas de crédito sensíveis ao género, de modo a que as mulheres de todos os extractos sociais possam realizar o seu potencial económico e assim contribuir decisivamente no combate à pobreza. Estou segura que se formos capazes de criar estas capacidades a pobreza em África deixará de ter a face da mulher”, frisou a primeira mulher moçambicana a ocupar o cargo de Presidente do Parlamento Nacional.

Para Verónica Macamo, os dirigentes africanos têm de estar cientes de que uma sociedade que não aproveita a inteligência e as capacidades de mais de metade dos seus membros – que são as mulheres, não poderá desenvolver-se de forma integral.

Assim, referiu que integrar e fazer o aproveitamento das capacidades das mulheres é garantir a realização plena dos sonhos dos povos africanos, que se circunscrevem numa África que todos querem, fazer de África o melhor lugar para se viver neste planeta.

Sobre a conferência, que ainda ontem terminou, a líder do mais alto órgão legislativo nacional referiu que o encontro foi promovido para contribuir para delinear estratégias e acções concretas para a materialização dos sete objectivos plasmados na Agenda 2063, sob o



lema, “A África que Queremos”, aprovada há sensivelmente quinze dias na Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Segundo defendeu, as mulheres parlamentares devem garantir, através da aprovação de leis e de planos de acção, que a Agenda 2063, relativa a uma África onde o desenvolvimento seja orientado para as pessoas confiando especialmente no potencial das mulheres e juventude seja uma realidade.

“Os nossos parlamentos devem assumir um papel de vanguarda na elevação do nível de vida dos africanos”, disse, para depois frisar que os governos africanos devem “continuar a apostar na definição de políticas e estratégias visando a capacitação da mulher africana e garantir que esta usufrua dos seus direitos políticos, económicos e sociais, incluindo os direitos de posse e herança de propriedade, de acesso à terra, ao crédito, instrumentos agrícolas e serviços”.

No meio de aplausos, Macamo referiu que nesta acção o enfoque deve igualmente estar virado para o combate a todas as práticas sociais nocivas, nomeadamente a violência doméstica, os casamentos prematuros, a gravidez precoce e a discriminação em função do género.

Segundo ela, os dirigentes africanos também devem garantir saúde e educação de qualidade para as mulheres e raparigas; o respeito pelos Direitos Humanos, incluindo das mulheres, a paz e a segurança devem ser consideradas prioritárias pelos Estados do chamado “Continente Negro”.

“Estamos cientes de que a pobreza na maioria dos nossos países tem a cara da mulher. Neste contexto, devemos tomar medidas, incluindo a discriminação positiva, para empoderar a mulher na área económica”, sublinhou.

Apesar destes desafios, segundo a Presidente da AR, importa referir que a luta das mulheres africanas pelos Direitos Humanos, pela cidadania e pela igualdade do género tem contribuído de forma decisiva para a construção de uma sociedade africana cada vez mais justa e igualitária.

Assim, e de acordo com a nossa fonte, olhando para o que foi feito pode-se dizer que as aspirações que as mulheres africanas depositam nos seus dirigentes para o alcance dos objectivos da Agenda 2063 serão coroadas de êxitos.

“Mas para o efeito precisamos de juntar forças e sinergias. Por outro lado, é importante que avancemos todos juntos, pois cada país deve fazer a sua parte”, salientou.

**MAIS MULHERES NOS ÓRGÃOS DE DECISÃO**



A PRESIDENTE da Assembleia da República, Verónica Macamo, afirmou que Moçambique tem procurado traduzir os seus compromissos políticos sobre o empoderamento da mulher em acções concretas.

Segundo referiu, actualmente são inúmeras as mulheres que participam activamente nas diversas áreas da vida política, económica, social e cultural.

A título de exemplo referiu que na presente legislatura, num universo de 250 deputados, o número de mulheres representa 39 por cento, para além da Presidente, duas das três bancadas parlamentares são chefiadas por mulheres.

No poder central o país tem percentagens aceitáveis de ministras, vice-ministras e secretárias permanentes, com 28, 20 e 54 pontos percentuais, respectivamente.

A nível provincial e local em todos os escalões a mulher está representada, sendo de referir o facto de dos 11 governadores provinciais 41 por cento serem mulheres.

No poder judicial o cargo de Procurador-Geral da República é ocupado por uma mulher e existem juízas e procuradoras-gerais-adjuntas, com uma percentagem de 30,5 e 44 por cento, respectivamente.

“De um modo geral, os dados sobre a participação da mulher nos órgãos de tomada de decisão são encorajadores. Temos igualmente a destacar a criação de mecanismos institucionais e instrumentos que promovem o avanço da mulher, tais como a criação do Conselho Nacional para o Avanço da Mulher em 2004, que congrega ministérios, organizações da sociedade civil, sindicatos, sector privado, academia e confissões religiosas, e do Gabinete da Mulher Parlamentar, para além da aprovação e implementação da Política de Género e Estratégia da Sua Implementação, aprovada em 2006”, disse.

Acrescentou que a promoção do micro-crédito para financiar projectos de geração de rendimento e do auto-emprego é outra das medidas adoptadas em Moçambique para o empoderamento da mulher, para além do facto de o Parlamento ter aprovado a Lei da Família, a Lei contra a Violência Doméstica e a Lei contra o Tráfico de Pessoas, especialmente de mulheres e de crianças, instrumentos legais de defesa dos direitos da mulher e das crianças.

Ainda no âmbito da promoção da igualdade do género, o Governo de Moçambique ratificou e está a implementar os principais protocolos, cartas e convenções da União Africana e das Nações Unidas.

**Disponível**

**em:**

<http://portaldogoverno.gov.mz/index.php/por/Imprensa/Noticias/Mocambique-passa-a-accao>